

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP28
CNPJ nº 33.927.377/0001-40

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)		
Descrição	2017	2016
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	81.043,40	6.218,85
Contas a Receber	16.491,82	24.000,00
Despesas Antecipadas	2.376,41	8.887,72
Total do ativo circulante	99.911,63	39.106,57
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Projeto cegonha	60.622.025,20	29.521.394,82
Projeto hospital da mulher	82.622.896,06	297.316.045,18
Projeto UPA Itaperuna	7.627.292,60	-
Projeto Santa Eufrásia	-	55.985,56
Título de capitalização	1.000,00	1.000,00
Imobilizado		
Imobilizado próprio	4.566,93	17.051,94
Total do ativo não circulante	150.877.780,79	326.911.477,50
Total do ativo	150.977.692,42	326.950.584,07
PASSIVO		
Passivo Circulante		
Contas a pagar	422,00	-
Obrigações Tributárias	26,85	26,85
Total do Passivo Circulante	448,85	26,85
Não circulante		
Projeto Cegonha	60.622.025,20	29.521.394,82
Projeto Hospital da Mulher	82.622.896,06	297.316.045,18
Projeto UPA Itaperuna	7.627.292,60	-
Projeto Santa Eufrásia	-	55.985,56
Total do passivo não circulante	150.872.213,86	326.893.425,56
Patrimônio Líquido Social		
Superávit Acumulado	57.131,66	56.316,26
Superávit (Déficit) do Exercício	47.898,05	815,40
Total do Patrimônio Líquido Social	105.029,71	57.131,66
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido Social	150.977.692,42	326.950.584,07

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)		
Descrição	2017	2016
Receitas Operacionais		
Receitas de Serviços Prestados	106.637,01	-
Receitas de Doações	2.800,57	188.954,66
Total das Receitas Operacionais	109.437,58	188.954,66
Dedução da Receita		
(-) ISS sobre Serviços Prestados	(5.331,84)	-
	(5.331,84)	-
Receita Líquida	104.105,74	188.954,66
(Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas administrativas	(42.616,49)	(158.327,63)
Despesas tributárias	(1.251,29)	(23.037,63)
Depreciação e amortização	(12.485,01)	(3.922,56)
Resultado Financeiro, Líquido	(145,10)	(2.851,44)
Total das Despesas Operacionais	(56.207,69)	(188.139,26)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	47.898,05	815,40

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)			
Descrição	Superávit (Déficit) Acumulado	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
Déficit do Exercício	69.103,83	-	69.103,83
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	69.103,83	(4.539,10)	64.564,73
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	(4.539,10)	4.539,10	-
Déficit do Exercício	-	(8.248,47)	(8.248,47)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	64.564,73	(8.248,47)	56.316,26
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015	(8.248,47)	8.248,47	-
Superávit do Exercício	-	815,40	815,40
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	56.316,26	815,40	57.131,66
Transferência do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	815,40	(815,40)	-
Superávit do Exercício	-	47.898,05	47.898,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	57.131,66	47.898,05	105.029,71

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)		
Descrição	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	47.898,05	815,40
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.485,01	3.922,56
	60.383,06	4.737,96
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
Contas a Receber	7.508,18	(24.000,00)
Despesas Antecipadas	6.511,31	450,00
Projeto Cegonha	(31.100.630,38)	88.691.757,92
Projeto Hospital da Mulher	214.693.149,12	(83.334.718,09)
Projeto Santa Eufrásia	55.985,56	77.880,54
Projeto UPA Itaperuna	(7.627.292,60)	-
	176.035.231,19	5.411.370,37
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante		
Contas a pagar	422,00	-
Outras Contas a pagar	-	(900,00)
Projeto Cegonha	31.100.630,38	(88.691.758,44)
Projeto Hospital da Mulher	(214.693.149,12)	83.334.718,09
Projeto UPA Itaperuna	7.627.292,60	-
Projeto Santa Eufrásia	(55.985,56)	(77.880,54)
	(176.020.789,70)	(5.435.820,89)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
	74.824,55	(19.712,56)
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado e/ou intangível	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		
	-	-
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		
	74.824,55	(19.712,56)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
	6.218,85	25.931,41
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		
	81.043,40	6.218,85
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		
	74.824,55	(19.712,56)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores
Centro de Estudos e Pesquisas 28 – CEP 28.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido social, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

a. O CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 devido às dificuldades enfrentadas no recebimento dos repasses da Prefeitura Municipal de Itaperuna apresenta pendências com fornecedores em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 471.774,55. Como Consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações contábeis do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 devido à falta de atualização monetária.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Aprovação da prestação de contas do encerramento do Projeto Cegonha.

A Administração do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 realizou a prestação de contas do contrato de gestão nº 006/2011 encerrado em 13 de março de 2016 para a **Superintendência de Administração de contratos de gestão com Organização Sociais – SCGOS** da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que em 31 de dezembro de 2017 ainda se encontrava pendente de aprovação. Como consequência, não foi possível avaliar os impactos nas demonstrações contábeis após avaliação pelos órgãos competentes.

Ênfase – Aprovação da prestação de contas do encerramento do

Projeto Hospital da Mulher Mariska Ribeiro.

A Administração do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 realizou a prestação de contas do contrato de gestão encerrado em 13 de março de 2017 para a **Superintendência de Administração de contratos de gestão com Organização Sociais – SCGOS** da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que em 31 de dezembro de 2017 ainda se encontrava pendente de aprovação. Como consequência, não foi possível avaliar os impactos nas demonstrações contábeis após avaliação pelos órgãos competentes.

Ênfase - Incerteza relevante de recebimento dos repasses financeiros da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e cumprimento das obrigações contratuais pela Organização.

Em 31 de dezembro de 2017 o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 possuía recursos financeiros pendentes de recebimento da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro nos montantes de R\$4.299.712,98 e R\$18.990.783,12 referentes ao PROJETO CEGONHA E HOSPITAL DA MULHER MARISKA RIBEIRO, respectivamente. Em decorrências desses sucessivos atrasos nos repasses pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro a Administração do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28, a execução dos projetos poderá ficar comprometida, ocasionando descumprimento do contrato de gestão. A continuidade e execução dos PROJETOS CEGONHA E HOSPITAL DA MULHER MARISKA RIBEIRO dependerá do sucesso das medidas que serão tomadas pela Administração, portanto, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou de passivos.

Ênfase - Incerteza relevante de recebimento dos repasses financeiros da Prefeitura do Município de Itaperuna e cumprimento das obrigações contratuais pela Organização.

Em 31 de dezembro de 2017 o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 possuía recursos financeiros pendentes de recebimento da Prefeitura do Município de Itaperuna no montante de R\$1.499.500,46 referente ao PROJETO UPA 24 HORAS - ITAPERUNA. Em decorrências desses sucessivos atrasos nos repasses pela Prefeitura do Município de Itaperuna a execução do projeto poderá ficar comprometida pelo CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28, ocasionando descumprimento do termo de colaboração 028/2017. A continuidade e execução da administração do PROJETO UPA 24 HORAS - ITAPERUNA dependerá do sucesso das medidas que serão tomadas pela Administração, portanto, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou de passivos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração é requerido a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28 ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nosso objetivo é o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou

Continuação

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28**.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2018.

SEIER Auditoria Independente Ltda. CRC 005.204/0-2
Vinicius dos Santos Batista CRC 091.540/0-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS 28 – CEP 28**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 09 de maio de 1969, reconhecida como OSS (Organização Social em Saúde), pelo município do Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 2010, regida pelo seu estatuto social e pelas leis que lhe são aplicáveis.

A entidade tem como objetivo atividades de apoio a gestão de saúde; associações de defesa de direitos sociais; atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte; e atividades associativas não especificadas anteriormente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

A apresentação de demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas

ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização e, também, a sua moeda de apresentação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício.

b. Projetos Cegonha | Hospital da Mulher Mariska Ribeiro e UPA Itaperuna

-Ativo não Circulante

Estão apresentadas por saldos bancários, aplicações financeiras acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, contas a receber, bem como das despesas dos projetos.

-Passivo não Circulante

Estão apresentadas pelos repasses recebidos, rendimentos das aplicações financeiras a serem aplicados na execução dos projetos e das obrigações a pagar de curto prazo.

c. Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, na rubrica “Receitas financeiras”, no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

d. Imobilizado

-Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

-Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão, são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - “Subvenção e Assistência Governamentais”. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito de depreciação registrada como despesa no resultado.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL.

É constituído pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

5. IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1

Administração: Marcos Soares Pereira – Diretora Presidente | Sandra da Silva Azevedo – Diretora financeira e de Operações | Supervision Consultoria e Assessoria Contábil – ME | CRC 002.348/0-9
As demonstrações Contábeis na íntegra encontram-se à disposição na sede da Organização.

**VAI NA BOA
VAI DE
TAXI.RIO**

**ATÉ 40% DE DESCONTO
E MAIS SEGURANÇA.**

**O APLICATIVO BOM
PARA TODO MUNDO**

